

SOBRE O ANCESTRAL, O LEGADO E O REGISTRO: DISCUTINDO A EXPERIÊNCIA DO CONGRESSO ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA PELAS LENTES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ON ANCESTRY, LEGACY, AND REGISTRATION: DISCUSSING THE EXPERIENCE OF THE BLACK CULTURAL ARTIFACTS CONGRESS THROUGH THE LENS OF HERITAGE EDUCATION

Cicera Nunes¹, Itacir Marques da Luz²

Resumo: O artigo propõe reflexões no campo da formação docente para a educação das relações étnico-raciais a partir das suas relações com os espaços de memória e com o patrimônio cultural afrodescendente, tendo como enfoque a experiência do Congresso Artefatos da Cultura Negra. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma discussão teórica em que se desenvolve uma análise nos campos da memória, da educação para o patrimônio e da formação docente para a educação das relações étnico-raciais, articulando essas categorias a uma releitura da presença do patrimônio cultural afrodescendente no estado do Ceará aliada às reflexões propostas pelo Artefatos da Cultura Negra no contexto da luta antirracista. Levando em conta as ações movidas pela população negra e dos processos de (re)construção das suas memórias, busca-se, no trabalho, compreender a importância das ações em rede enquanto elementos de resistência e fortalecimento das identidades comunitárias no diálogo com a dinâmica do lugar. Com isso, discutem-se possibilidades pedagógicas para significar a educação histórica direcionada ao conhecimento do legado afro-diaspórico e como possibilidade de construção de outras narrativas sobre a população negra cearense, historicamente invisibilizada na região.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Artefatos da Cultura Negra. Formação docente.

Abstract: The paper articulates reflections in the field of teacher training for the education of ethnic-racial relations based on its relationships with the spaces of memory and Afro-descendant cultural heritage, focusing on the experience of the Artifacts of the Black Culture Congress. From the methodological point of view, it's a theoretical discussion in which is developed an analysis on the fields of memory, education for heritage, teacher training for the ethnic-racial education, articulating those categories with a reinterpretation of the presence of Afro-descendant cultural heritage in the Ceará state combined with the reflections proposed by the Artifacts of the Black Culture in the context of the anti-racist struggle. Taking into account the actions advanced by the black population and the processes of (re)construction of their memories, the work seeks to understand the importance of network actions as elements of resistance and strengthening of community identities in the dialogue with the dynamics of the place. By such means, it discusses pedagogical possibilities to give meaning to historical education elicited by the knowledge of the Afrodiasporic legacy and as a possibility of building other narratives about the black population of Ceará, historically invisible in the region.

Keywords: Heritage Education. Artifacts of the Black Culture Congress. Teacher Training.

¹ Doutora em Educação (UFCE). Universidade Regional do Cariri. E-mail: cicera.nunes@urca.br

² Doutor em História da Educação (UFMG). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: itacirluz@unilab.edu.br

Introdução

Este texto pretende abordar a experiência do Congresso Artefatos da Cultura Negra enquanto uma ação em rede que nos permite refletir a importância da dimensão da educação patrimonial na (re)construção das memórias históricas da população negra no contexto afro-diaspórico. A proposta de realização do Congresso surge em 2009, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, apresentando como proposta inicial a socialização dos estudos realizados no campo da afrodescendência por um grupo de pesquisadores(as) comprometidos(as) com as lutas antirracistas.

Ao longo dos anos, a ação se configura enquanto um evento transdisciplinar e itinerante que busca construir um território de afirmação da presença negra no contexto cearense, repensando os processos educativos e formativos para além dos modelos acadêmicos. A ação também problematiza o discurso da não existência de população negra no Ceará, ao tempo em que visibiliza e promove uma releitura dessa presença, colaborando para a superação da carência de conhecimentos sobre as africanidades e afrodescendências no território cearense.

Na construção do Artefatos da Cultura Negra compreende-se a educação antirracista como um processo amplo que acompanha a vida do sujeito, a qual deve proporcionar reflexões sobre as relações hierárquicas forjadas historicamente e que geram desigualdades raciais e sociais.

Diante do exposto, o presente artigo articula reflexões no campo da Formação de Professores(as) para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da relação com os espaços de memória e com o patrimônio cultural afrodescendente, com enfoque na experiência do Congresso Artefatos da Cultura Negra. Discutimos possibilidades pedagógicas para significar a educação histórica a partir do conhecimento do legado afro-diaspórico e como possibilidade de aproximação com a história local.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma discussão teórica que tomou como base reflexões no campo da memória (LE GOFF, 1996), da educação para o patrimônio (MUNANGA, 2012), da formação docente para a educação das relações étnico-raciais (ZAMBONI, 1993), além de uma releitura da presença do patrimônio cultural afrodescendente no Estado do Ceará a partir de estudos desenvolvidos com esse enfoque (RATTS, 1996) aliados às reflexões propostas pelo Artefatos da Cultura Negra no contexto da luta antirracista.

Buscamos compreender, a partir das ações movidas pela população negra e nos processos de (re)construção das suas memórias, a importância das ações em rede enquanto elementos de resistência e fortalecimento das identidades comunitárias, no diálogo com a dinâmica do lugar e das ações dos sujeitos na (re) afirmação das suas existências.

Nesse cartografar, propõe-se reflexões que contribuam para repensar as narrativas construídas sobre a população negra brasileira a partir da sua inserção como sujeito social e partícipe dos conhecimentos que deram base ao processo de formação da sociedade brasileira. Com isso, estabelece-se um diálogo com o conceito de cosmopercepção, na perspectiva da socióloga feminista nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (1997) na construção de outras epistemologias que partem dos processos de reelaboração e reconstrução dos conhecimentos no contexto das diásporas africanas, numa perspectiva inclusiva de diferentes sujeitos, mas também de modos de aprender.

A partir do exposto, interessa-nos aqui refletir em torno da produção de conhecimento de grupos sociais específicos, as populações negras, que possuem história e cultura particulares (RAMOS, 2013), ressignificadas no contexto da diáspora africana, procurando compreender as relações entre patrimônio, afrodescendência e educação numa perspectiva transdisciplinar. Buscamos compreender a expressão do legado cultural de base africana no contexto dos territórios de maioria afrodescendente e enquanto conteúdo importante na educação.

A Experiência do Congresso Artefatos da Cultura Negra - CACN

O Seminário Artefatos da Cultura Negra surge no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará a partir de eventos realizados no período de 2007 a 2009 com o propósito de socializar os estudos desenvolvidos com a comunidade acadêmica, os movimentos sociais e com os profissionais da educação básica. No texto de apresentação do volume III do livro *Artefatos da Cultura Negra no Ceará: formação de professores (as) para a educação, cultura, história africana e afrodescendente* (OLIVEIRA *et al.*, 2015) está colocada a importância desse programa na formação de mestres(as) e doutores(as) de várias regiões brasileiras, que contribuem, através das suas pesquisas, para a renovação do conhecimento sobre a África e a diáspora transatlântica. As atuações do professor Henrique Cunha Junior e das professoras Sandra Haydée Petit e Joselina da Silva revelam o compromisso da intelectualidade negra brasileira na construção de uma educação antirracista e no acesso ao conhecimento de um conjunto amplo das africanidades e afrodescendências, que nos permite ressignificar a relação entre educação, história, memória e cultura negra. Os estudos, em diálogo com as demandas históricas dos movimentos negros, também contribuem para suprir carência de referenciais sobre a população negra cearense. Destaca Cunha Jr. (2011, p. 116) que:

As pesquisas universitárias no Ceará com o enfoque da Afrodescendência se iniciam em 1994 e 1995 com a dissertação de mestrado de Rosa Barros (BARROS, 1995) sobre a comunidade do Trilho em Fortaleza. Neste trabalho, realizado por uma militante do movimento negro, são discutidas as consequências do racismo no estado do Ceará e da relação deste com a educação do estado. Neste estudo, a educação nas escolas de Fortaleza é caracterizada como um lugar de rejeição sistemática dos valores da população afrodescendente. São mostradas as práticas das ideologias racistas presentes nas salas de aula.

Nesse diálogo com as produções acadêmicas no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, o Seminário Artefatos da Cultura Negra no Ceará constrói, anualmente e por um período de dois meses, uma ampla ação em rede que envolve ativistas e pesquisadores (a) das regiões do Estado do Ceará, das regiões brasileiras e de outros países, como Estados Unidos, Porto Rico, Cuba, África do

Sul, Nigéria e dos países da África Lusófona, com a participação de importantes instituições que atuam no contexto da luta antirracista e da formação de profissionais das mais diversas áreas de conhecimento: Grupo de Valorização Negra – GRUNEC, Associação Libertária de Desenvolvimento e Educação Interativa Ambientalmente Sustentável – ALDEIAS, Terreiro Cariri Movimento de Arte e Cultura do Sopé e Serra do Araripe – MOACPÉS, Universidade Regional do Cariri – URCA, Universidade Federal do Cariri – UFCA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE/Ceará, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade do Tennessee, dentre outras instituições.

No decorrer dos anos a ação se consolidou no Cariri cearense e assumiu uma configuração itinerante transitando entre os ambientes acadêmicos, escolas de educação básica, centros culturais, praças, feiras livres, os terreiros dos mestres e mestras da cultura, os territórios quilombolas. Nesse contexto, propõem-se os encontros formativos compreendendo a necessidade do reconhecimento de outras formas de saberes que se produzem nos territórios negros, tendo as mestras e mestres da tradição e as lideranças da luta antirracista como protagonistas desse processo. Com isso, ampliam-se as reflexões que criam resistências a partir da relação entre escola/universidade e outros espaços de produção de conhecimento, apresentando proposições no campo das políticas públicas e gerando iniciativas que fortalecem a luta antirracista.

A ação divide-se em dois momentos: o primeiro chamado “Caminhos do Artefatos da Cultura Negra” quando, por um período de dois meses, os encontros formativos percorrem várias localidades da região do Cariri cearense, em diferentes municípios. As atividades acontecem em escolas de educação básica, centros culturais, quilombos, praças, feiras livres, terreiros dos (as) mestres (as) da cultura, dentre outros; o segundo momento é marcado pela realização do Congresso no âmbito das três instituições de ensino superior da região do Cariri cearense: URCA, UFCA e IFCE em intercâmbio com outras universidades cearenses como a UNILAB e a UFC. Nessa

segunda etapa intensificam-se as reflexões sobre a necessidade de uma ressignificação dos processos de formação docente para a construção de uma educação antirracista, bem como constrói-se, com a participação de uma diversidade de sujeitos uma agenda de luta antirracista que vai desde reflexões em torno da necessidade do fortalecimento das ações afirmativas, bem como a ampliação das políticas públicas nos diferentes territórios negros

O Cariri cearense é território negro e indígena, localizado ao sul do Estado do Ceará, no Nordeste brasileiro, na divisa com os estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba. A região é formada por 29 municípios, sendo as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha os maiores centros populacionais e comerciais da região. Essas cidades estão localizadas ao sopé da Chapada do Araripe, que abriga a Floresta Nacional do Araripe – FLONA, fonte de riquezas e diversidades naturais. Os povos indígenas Kariri foram os primeiros povoadores da região e tiveram/têm participação significativa na construção da sua história, de onde veio o nome Cariri para o lugar. Por outro lado, o Cariri cearense agrega parte significativa do patrimônio cultural material e imaterial afro-brasileiro do Estado do Ceará.

Esse patrimônio se expressa, sobretudo, na estrutura arquitetônica das cidades; nas comunidades rurais negras e quilombolas; nas danças tradicionais da região: como os reisados, os congos, o coco, o maracatu; na capoeira; na forte religiosidade de matriz africana; na presença das irmandades negras em devoção à Nossa Senhora do Rosário, nos conhecimentos ancestrais das mais velhas e mais velhos que manifestam a relação com a África através dos conhecimentos advindos da tradição oral, da relação com a terra, com a natureza, dos movimentos contemporâneos de juventudes e da forte presença da luta antirracista.

É nesse contexto que o Artefatos da Cultura Negra assume seu compromisso de formação interdisciplinar nos âmbitos pedagógicos, político e cultural refletindo a presença negra na história e cultura brasileira e passa a ser denominado a partir de 2015 como “Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra”, tendo realizado em 2021 a

sua décima segunda edição. O Congresso cria um território de troca de saberes entre diferentes sujeitos, numa perspectiva de interconhecimento conforme trata a ecologia de saberes a partir da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, mantendo interações sustentáveis e dinâmicas, sem que com isso comprometa a sua autonomia (SANTOS, 2007); contribuindo para renovar a produção do conhecimento num intenso processo formativo com a preocupação também em ampliar o referencial bibliográfico sobre o tema com a publicação de livros com as discussões dos encontros, cadernos de anais e dossiês temáticos em revistas científicas.

Por tal trabalho que desenvolve, o Congresso Artefatos da Cultura Negra (CACN) também reforça a importância do enfrentamento ao processo de invisibilização histórica fortemente colocado em operação no contexto do Ceará, sobre o qual já há debates consistentes em contrário, mas cuja pauta específica continua sendo necessária.

Apontamentos sobre o Mito da "Inexistência" Afrocearense

O discurso sobre a primazia na concessão da liberdade dos escravizados africanos e seus descendentes no Ceará parece ainda estar presente, apesar dos estudos e debates já existentes sobre esse tema, tanto no âmbito mais geral, abordando o escravismo como um sistema socioeconômico que vigorou no Brasil como um todo, quanto no âmbito específico do que é atualmente o território cearense³. Tal “aura” humanitária que acompanha esse discurso desconsidera a complexidade política que envolveu o referido processo, com todas as suas contradições e os diferentes jogos de interesse por parte de determinados grupos sociais na produção de uma imagem idílica do que foi a escravidão, bem como do suposto papel redentor das elites nacionais, em especial, as cearenses.

Isso porque este mesmo lugar do apregoado pioneirismo da abolição da escravatura foi um dos poucos a conceder indenização aos proprietários de escravizados pela perda dessa “mercadoria”, uma vez que as duas maneiras mais

³ Sobre isso, ver: Funes, 2000; Silva, 2003; Ferreira Sobrinho, 2011.

comuns de se obter capital através dos escravizados naquele momento eram as alforrias via Fundo de Emancipação e o tráfico interprovincial. Esse tipo de negociação irá fomentar na memória coletiva do século XIX a ideia de que os escravizados valiam mais vendidos do que em convivência social, o que coloca esse pioneirismo ou “redencionismo” cearense numa outra perspectiva.

Já no curso do século XX o que se notabilizará é a perspectiva de que o Ceará se configurou como um Estado “quase sem negros” no processo de formação de sua população, cuja explicação tradicionalmente apresentada pela historiografia tradicional seria a falta de um sistema escravocrata sólido na província, enfatizando basicamente a área econômica em função dos chamados ciclos produtivos e as formas de trabalho por eles utilizadas. Como destaca Funes (2000), esse tipo de argumento tem servido para fortalecer mais ainda a invisibilização da população negra com toda sua atividade cultural difundida nas diversas regiões do estado e por diversas expressões, ajudando a fortalecer o discurso do branqueamento no contexto local na medida em que impõe à presença dos africanos e seus descendentes um caráter ocasional.

Por outro lado, como a História Cultural destaca a reinvenção do passado através das práticas e representações de mundo partilhadas pelos sujeitos históricos – inclusive os marginalizados –, tal perspectiva contribui para o debate sobre os vestígios e legados da presença negra no Ceará, considerando todos os sinais da presença desses sujeitos no curso da história local, dado o próprio lugar social subalternizado e, por conseguinte, invisível para os registros históricos oficiais. Para D’Assunção (2011 p. 12):

“representação”, no campo da História e das Ciências Humanas, é uma palavra com múltiplos significados. As “práticas” se referem aos fazeres, aos modos de agir, as “representações” dizem respeito aos modos de ver e conceber o mundo através de imagens, de esquemas mentais. Assim, há um entrelaçamento entre o fazer e o conceber, ou seja, há uma arquitetura entre “práticas” e “representações”.

Essa perspectiva sobre os objetos e os temas de abordagem têm se expandido de forma significativa, viabilizando uma variedade de estudos sobre a cultura popular, a cultura letrada e as representações sociais, dentre outros. Na contemporaneidade,

portanto, compreende-se que todos os seres humanos produzem cultura, uma vez que se comunicam por meio dos gestos, do corpo, do seu modo de vida. Nas palavras do citado autor, constituem práticas culturais:

[...] não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (D'ASSUNÇÃO, 2011, p. 17).

A articulação entre estas expressões da prática cotidiana com os registros históricos ditos oficiais ajudam na percepção das vozes silenciadas da História do Ceará, neste caso em particular, da população negra. No centro do cruzamento entre a linha da História e a do passado, a memória nos mostra o que deve ser lembrado, mas também nos omite aquilo que se escolheu esquecer, uma vez que se trata de um “utensílio mental” feito pelos sujeitos históricos ao longo dos séculos e, por isso, ela, a memória, é tão seletiva quanto a História e as duas têm o passado como seu principal sujeito histórico.

Tal mudança de perspectiva também implica numa ampliação do campo do próprio documento histórico. Nesse sentido, de acordo com Le Goff (1988), é a Nova História que surge como a principal responsável por substituir a história fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma “revolução documental” baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. No entanto, essa verdade vivida pela história hoje não deixa de ter suas ambiguidades e por isso deve ser acompanhada de muita criticidade, uma vez que, como destaca o autor:

O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade” (LE GOFF, 1988, p. 54).

Junto a isso coloca-se a crítica do documento como monumento, uma vez que, como alerta o mesmo Le Goff (1996), o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, e sim um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Por isso, só a análise do documento como monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

No bojo dessa crítica à interpretação histórica, Moore (2007) chama atenção à ideia de que os povos negros teriam desempenhado um papel irrisório na longa trama da humanidade, algo que foi forjado durante o recente período da conquista das Américas e a escravização dos africanos nestas terras. Por esse prisma, os negros teriam sido, no máximo, meros coadjuvantes na História, até mesmo no seu próprio continente de origem. Essa perspectiva eurocêntrica da história do mundo passa a ser questionada a partir dos movimentos de descolonização dos países africanos e também das Américas, emergindo daí diferentes sujeitos sociais e com eles a possibilidade de reatar os laços com tradições culturais marginalizadas, a exemplo da experiência histórica dos povos africanos e seus descendentes e da importância do papel deste continente no quadro mais amplo da história da humanidade.

A demanda por essa mudança de mentalidade e tal processo de reconhecimento traz também um desafio para o campo educacional, tendo em vista que este é cada vez mais provocado a rever as perspectivas e as abordagens adotadas até então sobre a questão da diversidade cultural e étnico-racial. No entanto, segundo Moreira e Candau (2005), apesar das dificuldades e dúvidas ainda existentes por parte de muitos docentes, significativas experiências têm sido desenvolvidas, tanto no âmbito das escolas como de outros espaços de educação não-formal, de modo a transcender o que chamam de “pluralismo benigno” de visões correntes de multiculturalismo e a afirmar as vozes e os pontos de vista de minorias étnicas e raciais marginalizadas e de homens e mulheres das camadas populares.

A cultura, por sinal, é tratada por Hall (2003) como elemento central no cenário contemporâneo justamente por seu papel constitutivo em todos os aspectos da vida social. Para o autor, estamos mesmo diante de uma revolução cultural que se evidencia pela significativa expansão do domínio configurado por instituições e práticas culturais, assim como os meios de produção, circulação e troca cultural também se ampliam devido ao desenvolvimento da tecnologia, mais particularmente da informática. Porém, essas transformações culturais desenvolvem-se, também, de forma bastante aguda no nível do microcosmo, e a expressão “centralidade da cultura” se refere exatamente à forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, tornando-se fundamental no modo como o cotidiano é configurado e modificado. Portanto, a cultura não pode ser ignorada ou estudada como variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo se mover. Ao contrário, deve ser vista como algo fundamental, constitutivo, que determina a forma, o caráter e a vida interior desse movimento.

Mas, além desse tipo de centralidade da cultura, Hall (2003) também realça este lugar central no processo de formação de identidades sociais, tendo em vista que toda prática social depende do significado e com ele tem relação. E a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, o que faz com que toda prática social tenha uma dimensão cultural.

É a relação entre as culturas que, portanto, caracteriza o universo escolar. Relação esta atravessada por tensões e conflitos, os quais tendem a se acentuar quando as culturas crítica, acadêmica, social e institucional, profundamente articuladas, tornam-se hegemônicas e tendem a ser encaradas como absolutas em detrimento da cultura experiencial com suas profundas raízes socioculturais. Segundo Moreira e Candau (2005, p. 45):

Em vez de preservar uma tradição monocultural, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças. É essa, a nosso ver, a questão hoje posta. A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a

silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

Nessa mesma direção, Silvério (2005) destaca que pensar o futuro nos obriga a rever o passado de forma crítica, sem o que não será possível entender por quê os subalternizados procuram alterar suas condições de acesso em diferentes dimensões da vida social. No caso da população negra e do movimento social negro, o autor entende que o retorno do debate sobre raça tem sido estratégico para desvendar os caminhos da construção social da diferença que se transformou em desigualdade.

A compreensão crítica do passado é fundamental para entender o presente e construir um futuro em que a raça/etnia efetivamente não seja um operador permanente de desigualdades de oportunidades. Por sua vez, a complexidade com que essa problemática pode/precisa vir a ser trabalhada efetivamente tem como base uma dimensão multidimensional.

Memória e afirmação negra em foco

O processo de crítica e mudança em relação a esse estado de coisas também passa cada vez mais a se expressar na compreensão da importância do conhecimento histórico, bem como no reconhecimento quanto ao registro patrimonial junto aos sistemas educacionais, de modo a transformar a representação sobre o papel da África e dos descendentes de africanos na história do mundo. Uma das expressões disso foi a criação da Lei nº 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas do Ensino Fundamental e Médio.

Na direção dessa história que possa explicitar as vinculações entre diferentes aspectos de uma realidade sociocultural, tal entrelaçamento possibilita um exercício epistemológico, principalmente se o historiador define como objeto de sua investigação

práticas e expressões dentro do campo sócio-político-cultural, colocando-as num papel de destaque e não meramente como decorrência da vida econômica. Nessa tarefa de construção de uma outra perspectiva sobre a história dos africanos e afrodescendentes, os processos educativos assumem um caráter fundamental, tendo em vista que esta é:

[...] uma prática social e histórica que produz representações ideológicas, imagens e valores os quais precisam ser investigados; por isso precisamos explicitar caminhos epistemológicos que deem conta do estudo dessas categorias no sentido de compreender mais profundamente as práticas e os processos educacionais (MARTINS, 2006, pp. 110-111).

Partindo dessa compreensão, a abordagem dos eventos e processos históricos da região do Cariri cearense precisa considerar a dimensão identitária da população local, o que envolve a observação de elementos diversos, muitas vezes ignorados pela historiografia tradicional por suas características ditas *sutis*. Ao discutir essa relação entre o ensino da história e a construção da identidade, Zamboni (1993) destaca os múltiplos significados da noção de lugar em meio a esse debate. Lugar, nesse sentido, é a segurança, a casa, o bairro, a cidade, e a todos esses espaços as pessoas estão ligadas física e emocionalmente, adquirindo pertencimento e concretizando suas identidades. Para a autora, portanto, o estudo do lugar tem um papel essencial no ensino da História por ser um espaço onde ocorre naturalmente a interrelação entre os elementos físicos, biológicos e humanos, e também por ser ponto de partida para a aquisição de novos conhecimentos:

O lugar, a casa, a rua ou a cidade são o universo da criança. Pela sua natureza, contém em si os elementos que o caracterizam. A casa, por exemplo, é um espaço físico, um lugar que abriga um número de pessoas ligadas entre si por um determinado elo de amizade, parentesco, de afetividade. São pessoas que dispõem e organizam este espaço e as relações sociais, segundo critérios culturais próprios, que os individualizam e os identificam (ZAMBONI, 1993, p. 9).

Ainda segundo a autora, a identificação da maneira de viver, dos costumes presentes no cotidiano de um grupo determinado de pessoas é o primeiro passo para o estudo do lugar e da sua identidade. Na construção da história do lugar, na identificação da sua identidade, o ensino da História centra-se no sujeito concreto e não nas instituições ou no modo de produção. Desta forma, o campo de investigação do

professor se amplia e o suscita a dialogar com outros campos do conhecimento, como a literatura, a música, a demografia, a antropologia, as artes, dentre outros, desconstruindo a ideia da história do lugar em si mesmo.

Nessa perspectiva, justifica-se o desafio de fomentar espaços e ações que promovam e valorizem a região do Cariri cearense, tanto por sua potencialidade de expressar a história das pessoas, dos comuns, mas também pela necessidade de visibilizar a presença e as contribuições da população negra nesse contexto.

O trabalho de cartografar as ações dos sujeitos em diferentes lugares, símbolos e expressões da presença africana na região do Cariri cearense não apenas se coloca como um meio de fomentar a produção de um conhecimento sobre a História local, indagando sobre a formação étnico-racial das populações dessa região, com seu conjunto de práticas culturais e econômicas, considerando a influência desta presença africana nesse processo de formação microrregional, mas também representa mais um passo no reconhecimento desta presença negra na história do Ceará como um todo. Além disso, a participação direta das novas gerações de moradores das localidades acessadas vem sendo possível e fundamental para ajudar a visibilizar e ampliar o conhecimento sobre o tema, fortalecendo também a integração da comunidade acadêmica com a população local.

Nesse sentido, o Congresso Artefatos da Cultura Negra afirma o seu objetivo de fomentar o interesse da população em geral pela História local a partir do contato e da compreensão sobre as influências africanas no Ceará. Para isso, reconhecemos que um dos meios fundamentais de difusão desse processo é, sem dúvida, o espaço escolar, e o ambiente acadêmico no qual os estudantes do Ensino Básico e futuros(as) professores(as) podem travar contato com tal reflexão a partir do trabalho com os instrumentos metodológicos da História (fontes, fato, tempo, memória). Vale lembrar que tratar de história da África no Brasil é contribuir para o cumprimento da Lei nº 10.639/03, valorizando as culturas africanas base da formação identitária brasileira. Por isso, coloca-se a relevância do contato dos jovens do Ensino Básico e dos processos de

formação docente com a História da sua própria cidade ou comunidade, focalizando influências culturais africanas, na medida em que se propõe a olhar para a História do negro no Ceará contemplando a dimensão cultural nas suas diversas manifestações, como expressão dessa presença (artefatos, práticas populares, mitos, cotidiano do município – cidade/campo, saberes ancestrais).

Entendemos que tal alcance junto a esse público se torna possível pelas características e perspectiva metodológica proposta pelo Artefatos da Cultura Negra que fomenta o engajamento, as ações colaborativas, realiza um trânsito entre diferentes contextos e, a partir de diferentes linguagens, desconstrói concepções pejorativas a respeito da população negra e suas práticas culturais, gera pertencimento e, com isso, fortalece identidades. Além desses aspectos a aproximação do conhecimento sobre afrodescendentes cearenses pode trazer uma maior integração da comunidade acadêmica com a população local. O contato entre a academia, o sistema de Ensino Básico e outros territórios de produção de conhecimento possibilita a circulação de informações entre extratos sociais separados por campos simbólicos diferentes, trazendo a troca de vários conteúdos afins, mas, principalmente, nesse caso, a presença africana no Ceará.

Das Pautas e Reflexões Pedagógicas no Âmbito do CACN como Possibilidade para a Construção de Outras Narrativas sobre a População Negra Cearense

As marcas do legado africano estão presentes em várias cidades brasileiras e constituem-se enquanto espaços de memória, cultura, sociabilidade, de fortalecimento político e de identidades. No entanto, o racismo estrutural gera dificuldades na forma como essas populações são representadas na história, na cultura e no entendimento dessa participação na produção do conhecimento que dá base ao processo de formação da sociedade brasileira.

De acordo com Cunha Jr. (2005, p. 254): “Somos aquilo que somos [...] O simples fato da existência deveria ser suficiente para o direito a uma história presente no sistema educacional. Somos parte da cultura nacional, pois esta se estabelece com a

nossa constante participação”. As marcas deixadas pelos grupos na terra têm uma importância na compreensão de como são construídas as suas identidades e como se relacionam com o real, pois o território tem suas próprias marcas, tem sua dinâmica particular de relacionamento com o real (a cultura) (SODRÉ, 1988).

Por outro lado, consideramos que o sistema educacional e as ações educativas em geral devem estar comprometidos com as políticas de preservação das memórias dos grupos que historicamente foram subalternizados, bem como desenvolver ações de valorização e incentivo ao pertencimento do patrimônio afro-brasileiro. De acordo com o artigo 7º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), esse patrimônio deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e para que sejam criadas as condições para que possam se expressar e se fazer conhecidas.

Por conseguinte, o Parecer CNE/CP 2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, destaca a necessidade de uma política ampla de formação dos profissionais da educação voltada para o reconhecimento das memórias dos povos africanos, afro-diaspóricos e indígenas.

A proposta de realização do Congresso Artefatos da Cultura Negra (CACN) surge no lastro das reflexões em torno do ensino da história, cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, buscando apresentar novas perspectivas teórico-metodológicas nos estudos realizados no campo da afrodescendência. Entende-se que a formação dos profissionais da educação para as relações étnico-raciais compreende um processo amplo que deve envolver vivências e ressignificações da relação entre história e memórias negras, como elemento importante no fortalecimento das identidades étnicas e de construção de perspectivas educacionais contra hegemônicas e reorientações epistemológicas em diálogo com as trajetórias e reivindicações históricas dos movimentos negros. Reforçam Miranda e Araújo (2019) que: “A memória é sempre uma construção, na qual a lembrança é parte constituinte da nossa identidade, do nosso

sentimento de pertencimento”. Essa memória também se inscreve, grafa-se e se postula na voz e no corpo, nos âmbitos das performances da oralidade e das práticas rituais, como destaca Martins (s/d). Para a autora:

[...] o que no corpo se repete não se repete apenas como hábito, mas como técnica e procedimento de inscrição, recriação, transmissão e revisão da memória do conhecimento, seja ele estético, filosófico, metafísico, científico, tecnológico, etc. No âmbito dos rituais afro-brasileiros (e também nos de matrizes indígenas), por exemplo, essa concepção de performance nos permite apreender a complexa pletora de conhecimentos e de saberes africanos que se restituem e se reinscrevem nas Américas, recriando-se toda uma gnosis e uma episteme diversas (MARTINS, s/d, pp. 66, 67).

Por outro lado, Cunha Jr. (2011) aponta para um problema ideológico de histórica negação da presença negra no Estado do Ceará e destaca que a ampliação do enfoque sobre as africanidades e afrodescendências na cultura cearense facilitará a aplicação da Lei nº. 10.639/03 com a renovação da informação e formação nos sistemas educativos tendo como consequência o enfrentamento ao racismo antinegro na educação.

Ações movidas e intensificadas pelos movimentos negros cearenses a partir da década de 1980 e estudos acadêmicos realizados nos últimos anos no Estado do Ceará (BARROS, 1995; RATTIS, 1996; DANTAS, 2009; MADEIRA, 2009; DOMINGOS, 2015; SOUSA, 2015; SANTOS, 2018; SILVA, 2019) visibilizam a existência de um patrimônio material e imaterial de base africana.

O processo formativo resultante das ações movidas em torno do Artefatos da Cultura Negra possibilita intensa troca entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais, em que se potencializam as narrativas orais e a sabedoria ancestral. O sentimento de pertença e a consciência histórica se coloca como fundamental na (re)afirmação das nossas identidades étnicas e comunitárias. Historicamente as populações negras não foram bem representadas na história e na cultura brasileira, consequência do escravismo criminoso e do racismo estrutural que se processou no nosso país. No entanto, o sentimento de pertença e a permanente criação e recriação das suas culturas estiveram presentes nas ações movidas por homens e mulheres negros(as) como elementos de (re)afirmação das identidades.

Na construção desse diálogo, as reflexões advindas do campo da cartografia social nos fornecem elementos para compreender a dimensão coletiva e participativa do conhecimento presente no território (LANDIM NETO; SILVA; COSTA, 2016). Ao se constituir enquanto uma ação itinerante e em colaboração com diferentes territórios como os quilombos, feiras livres, escolas de educação básica, coletivos de juventudes, centros de cultura, terreiros de mestres e mestras da cultura, universidades, praças, a ação constrói uma representação simbólica que ressignifica a relação com os lugares a partir das referências históricas e culturais da população negra e se valoriza o protagonismo dos sujeitos.

Munanga (2012) aponta que os lugares carregam um pedaço notável da memória, da identidade e da história do negro brasileiro; essas populações buscaram assentar nos territórios físicos seu poder e identidade, pois é no aniquilamento e ocupação dos territórios de um povo que se destrói a sua identidade, “[...] sem território os demais aspectos da cultura não têm suporte para se refazerem” (p. 23).

No processo de construção e durante o Congresso Artefatos da Cultura refletiu-se que esse patrimônio tem uma importância na memória e na história de todas as pessoas, constituindo-se o acesso a esse conhecimento um direito de cidadania. Lima (2014, p. 08) destaca que: “É possível visualizar a demarcação de uma memória específica, que não foi compartilhada pela coletividade, mas que deve ser reconhecida por todos em função de sua profunda relevância para a cultura nacional”.

Cunha (2017) reflete a partir dos Direitos Difusos que se fundamenta no princípio de que o reconhecimento do patrimônio afro-brasileiro deve atingir a todos, de forma coletiva, ainda que não seja reivindicado. Para Cunha Jr. (2005, p. 256): “Nos processos de dominação e de imposição dos valores de um grupo social sobre os de outro, a dominação rege sobretudo pela imposição cultural, pela destruição da cultura e dos valores culturais dos grupos subjugados”. Dessa forma, o autor chama a atenção para a indissociabilidade entre cultura, identidade e história.

Zubaran e Gonçalves e Silva (2012, p. 136) reforçam que:

Os territórios negros marcam os lugares de memórias negras, desde os diversos espaços de trabalho do negro nas cidades aos espaços destinados às suas manifestações culturais, que incluem, além das práticas culturais cotidianas, as práticas de resistência negra à escravidão e ao racismo.

Por seu lado, Luz (2019) ressalta que é preciso eliminar as dificuldades ainda existentes no panorama geral dos programas de ensino e nas práticas de sala de aula do país no que tange ao tema das identidades e pertencimentos étnico-raciais. Numa ruptura epistemológica e pedagógica comprometida com os princípios da diversidade étnico-racial, faz-se necessário estabelecer um diálogo com o legado ancestral, ressignificado e reelaborado no contexto da diáspora negra, pois este tem uma importância no rompimento com os paradigmas eurocêntricos e no diálogo intercultural que deve fomentar os processos de formação docente na perspectiva da educação das relações étnico-raciais.

Uma questão importante que precisa ser enfrentada segundo Gonçalves e Silva e Zubaran (2012, p. 133) na construção de uma educação antirracista trata-se de uma tarefa desafiadora para professores (as) é “[...] desconstruir as narrativas étnico-raciais dominantes e oficiais que têm buscado omitir e negar as contribuições de outros grupos étnicos, particularmente, dos indígenas e dos afrodescendentes, na tentativa de privá-los de suas memórias e histórias”. Refletimos, de acordo com Martins e Escobar (2018) que os lugares de memória marcados por resistência e negritude, onde ainda permanece viva a história oral, têm uma importância.

Nesse contexto, o Congresso Artefatos da Cultura Negra fortalece uma agenda que se constitui enquanto reivindicação histórica das organizações dos movimentos negros no que diz respeito ao fortalecimento do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Essa ação se concretiza na articulação com os cursos de formação de professores (as) e com os profissionais da educação básica das mais diversas áreas de conhecimento oferecendo importante ação formativa no diálogo com o patrimônio negro presente no Cariri cearense e a partir das reflexões advindas do contexto da luta

antirracista. Nesse processo promove-se uma educação para o patrimônio com a expressão da nossa identidade cultural a partir dos lugares de memórias que historicamente foram silenciadas (SILVA *et al.*, 2021).

Dessa forma, o Congresso articula no campo da produção científica a divulgação de estudos no campo das relações étnico-raciais desenvolvidos pelas universidades cearenses, ao tempo que visibiliza o patrimônio negro local abrindo possibilidades de novos estudos nesse campo. Por outro lado, atualiza as práticas pedagógicas dos participantes através das rodas de troca de saberes realizadas nos terreiros de mestres e mestras da cultura e nos espaços acadêmicos, promove o intercâmbio entre pesquisadores (as), profissionais da educação básica, ativistas dos movimentos negros fortalecendo redes que propõe ressignificações no campo da educação. A ação também cumpre importante papel na produção de materiais didáticos-pedagógicos e referenciais bibliográficos que apresentam um novo olhar sobre os conhecimentos produzidos pela população negra cearense e no contexto diaspórico.

A proposta de realização do Congresso Artefatos da Cultura Negra, portanto, articula-se a outras ações de preservação das memórias históricas da população negra, numa tentativa, também, de superar as dificuldades no campo da educação em apontar alternativas concretas de mudanças estruturais nas condições de vida desse grupo.

Considerações finais

A luta pela superação das “barreiras invisíveis” colocadas à população negra no Brasil tem sido travada historicamente, da perspectiva desse grupo social, a partir da sua percepção sobre a heterogeneidade e a complexidade dos mecanismos operados para a produção da discriminação racial e da exclusão. Nesse sentido, faz-se necessário a esses sujeitos marginalizados o exercício permanente da resistência e, como parte dela, a capacidade de agência frente a esse contexto adverso para o processo de transformação da realidade à sua volta e, por conseguinte, na construção de um outro mundo.

Tal sociedade que se quer efetivamente democrática tem no campo educacional uma das suas maiores instâncias de mudança de paradigma, no qual a valorização da diversidade dos corpos, das experiências e dos saberes ocupam lugar fundamental. Por isso, pelo debate educacional se colocam outras possibilidades de reconhecimento e valorização de referências plurais na constituição da nossa memória e nas formas de lidar com os vestígios e legados oriundos dessas referências, seja pela constituição de espaços específicos para tais símbolos de memória, seja pela ampliação da nossa própria noção quanto a esse tipo de equipamento cultural e histórico, para assim também reconhecer outros símbolos e territórios vividos e portadores de outros significantes para os sujeitos os quais representam.

O Congresso Artefatos da Cultura Negra se insere nessa nova realidade por se constituir como uma via importante de produção e circulação de saberes, encontros e reivindicação particularmente no que tange à memória e à história negra nacional e internacionalmente; da possibilidade de construção de outras narrativas sobre a população negra cearense, mas também pelo papel que exerce em relação à manutenção de uma agenda permanente de articulação e de atividades com os diferentes sujeitos e territórios localizados no Estado do Ceará e mais especificamente na região do Cariri cearense.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Representações e práticas sociais: discutindo o diálogo das duas noções no âmbito da História Cultural Francesa. In: SANTOS, Regma Maria dos; BORGES, Valdeci Rezende (org). *Imaginário e representações: entre fios, meados e alinhavos*. Uberlândia: Aspectus, 2011.

BARROS, Rosa. *Negros do Trilho e as Perspectivas Educacionais*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, D.F. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> -2005. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação: Brasília, 2004.

CUNHA JR., Henrique. Cultura afro-cearense. In: CUNHA Jr., Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cicera. *Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CUNHA JR., Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse (org). *História da Educação do Negro e Outras Histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo*, n. 5, p. 78-88, 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/4e6f109d/d1c0/4350/953c/c36cbae-0f9fc.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

DANTAS, Simone Maria da Silva. *Memória e história de quilombos no Ceará*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. *Pedagogia da transmissão na religiosidade tradicional de base africana: um estudo histórico e filosófico em Juazeiro do Norte – CE*. Jundiá: Paco Editorial: 2015.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê: Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881)*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone (coord.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Demóclito Rocha, 2000.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

LANDIM NETO, Francisco Otávio; SILVA, Edson Vicente da; COSTA, Nátane Oliveira da. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. *Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral-CE*, v. 18, n. 2, p. 56-70, set. 2016. Volume especial em parceria com o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada à Gestão Territorial.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, ano X, ed. 08, nov. 2014.

LUZ, Itacir Marques da. No interior da memória: caminhos, símbolos e fontes de um passado afro-brasileiro. In: NUNES, Cicera; REIS, Maria da Conceição. *Revista Debates em Educação*, v. 11, n. 23, jan./abr. 2019. Dossiê Abordagens pedagógicas interdisciplinares para a educação das relações étnico-raciais.

MARTINS, Larissa Pinto; ESCOBAR, Giane Vargas. Clube Social Negro 24 de agosto: ressignificando um acervo fotográfico centenário na cidade de Jaguarão/RS. *Sillogés* – v. 1, n.2. jul/dez, 2018.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. *A maternidade simbólica na religião afro-brasileira: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na Umbanda em Fortaleza – Ceará*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MARTINS, Angela Maria Souza. Educação e história cultural: algumas reflexões teóricas. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (orgs.). *História, cultura e educação*. Campinas: Autores Associados, 2006. pp. 109-135.

MIRANDA, Cláudia; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memórias contra-hegemônicas e educação para as relações étnico-raciais: práticas decoloniais em contextos periféricos. *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 37, n. 2, p. 378 – 397, abr./jun.2019.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: FÁVERO, Osmar e IRELAND, Timothy Denis. *Educação como exercício de diversidade*. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Território e territorialidade como fatores constitutivos das identidades comunitárias no Brasil: caso das Comunidades Quilombolas. In: NOGUEIRA, Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do. *Patrimônio cultural, territórios e identidades*. Florianópolis: Atilênde, 2012.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006).

HISTÓRIA, São Paulo, v. 28, n. 2, 2009.

OLIVEIRA, Aleksandra Flávia Bezerra de *et al.* Artefatos da Cultura Negra no Ceará: formação de professores para a educação, cultura, história africana e afrodescendente. v. III. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento e revisão de Aline Matos da Rocha. Título original: *The invention of women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

RAMOS, Maria Estela Rocha. *Bairros negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos – um estudo empírico conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SANTOS, Ana Paula dos. *Educação escolar quilombola no Cariri cearense: africanização da escola a partir da pedagogia de quilombo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. *NOVOS ESTUDOS*, n. 79, nov. 2007.

SILVA, Meryelle Macedo da. *Patrimônio arquitetônico afrocratense: implicações educativas*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Regional do Cariri, 2019.

_____ et al. O ensino de geografia e a apreensão do patrimônio afroarquitetônico no Cariri cearense. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 39, n. 4, p. 01-20, out/dez, 2021.

SILVA, Eduardo. O negro e a conquista da abolição. In: FONSECA, Denise P. R. (org.) *Resistência e Inclusão*. v.1. Rio de Janeiro: PucRio, 2003.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

SOUSA, Kássia Mota de. *Por onde andou nossa família: veredas e narrativas das histórias das famílias*. 2015. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*, 2002.

ZAMBONI, Ernesta. *O ensino da história e a construção da identidade*. São Paulo: SE/CENP, 1993. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - SP. História. Série Argumento.

ZUBARAN, Maria Angélica; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio afro-brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 130-140, jan./abr. 2012.

Recebido em maio 2022
Aceito em junho de 2022